



**"POBRES", ESQUERDA
E MUDANÇA SOCIAL NO
BRASIL CONTEMPORÂNEO:
UMA LEITURA CRÍTICA DE
OS SENTIDOS DO LULISMO,
DE ANDRÉ SINGER
JOSÉ MAURÍCIO DOMINGUES**

Série Cadernos FLACSO

N9

www.flacso.org.br

Série Cadernos FLACSO

N9

www.flacso.org.br





Série Cadernos FLACSO

Número 9

FLACSO Brasil

Diretor: Pablo Gentili

Os Cadernos da FLACSO são publicados em versão eletrônica e gráfica, com tiragem de 1.000 exemplares para distribuição em instituições acadêmicas, no serviço diplomático e nos órgãos de imprensa.

Os textos publicados apresentam a opinião dos autores e não necessariamente sintetizam a posição da FLACSO Brasil sobre os temas em debate.

“POBRES”, ESQUERDA E MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: UMA LEITURA CRÍTICA DE OS SENTIDOS DO LULISMO, DE ANDRÉ SINGER

José Maurício Domingues

ISBN 978-85-60379-11-8

Março, 2013

(c) FLACSO Brasil (da Série Cadernos FLACSO)

Rio de Janeiro, 2013

FLACSO - Brasil

Rua São Francisco Xavier, 524 - Bloco F - 12º andar

Sala 12.111 - CEP: 20550-013 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Fone/Fax: (+55 21) 2234-1896 - 2334-0890

www.flacso.org.br

Série Cadernos FLACSO

N9

www.flacso.org.br



José Maurício Domingues Doutor em Sociologia pela LSE e Professor do IESP/UERJ. Seus últimos livros publicados são: *A América Latina e a Modernidade Contemporânea. Uma Interpretação Sociológica*; e *Global Modernity, Development and Contemporary Civilization; Towards a Renewal of Critical Theory*.





Há livros que se transformam em referência obrigatória para tudo mais que se escreve após serem publicados, que passam a organizar o debate em seu campo intelectual. Este é o caso de *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*, de André Singer. Dando continuidade a trabalhos anteriores do autor, defendido original e parcialmente como tese de titularidade na Universidade de São Paulo, e contando com boa dose, controlada, de conhecimento interno do processo que analisa, tal livro constitui-se em um marco de análise não apenas da trajetória de Luiz Inácio Lula da Silva e do Partido dos Trabalhadores (PT), mas também como uma interpretação ampla e de longo prazo da política brasileira contemporânea.

O argumento principal de Singer é que um longo ciclo eleitoral se abriu em 2002, com inflexões sem dúvida, porém estabelecendo uma agenda inescapável, vinculada a modificações decisivas – verdadeiras rupturas, embora lentas e com referência às quais o autor demonstra cautela – nas relações de classe na sociedade brasileira. Destaca-se aí o papel do que chama de “subproletariado”, ainda que sua agenda nesse processo de mudança se manifeste básica e quase que exclusivamente por meio dos processos eleitorais. Há pontos fortíssimos no argumento de Singer, incluindo as teses do longo ciclo eleitoral e o tratamento dos aspectos concretos deste até o presente, a definição do “lulismo” como um “reformismo fraco”, a análise da relação entre essas modificações políticas e a situação econômica do país, a recusa da ideia de que surge uma “nova classe média”, a tematização do medo desse subproletariado, que se vinculava a suas inclinações à direita. Em particular o sentido ambíguo do “lulismo” é enfatizado em sua discussão e tratado de maneira interessante. Há evidentemente alguns pontos cegos e outros temas aos quais respostas um tanto diferentes poderiam ser oferecidas, como a questão do neoliberalismo nos governos Lula, uma visão das

classes ainda muito marcada pelo marxismo tradicionalmente entendido, o que acaba tendo consequências para o que é talvez a parte menos satisfatória do livro, qual seja, a discussão do bonapartismo e do cesarismo, aplicando-se a ideia de “arbitragem” à definição do “lulismo” (p.35 ss.), somando-se a isso a ausência de um aprofundamento do atual padrão de desenvolvimento da economia brasileira. Vale a pena reproduzir a passagem em que o próprio autor expõe sua tese de maneira sucinta:

Teria havido, a partir de 2003, uma orientação que permitiu, contando com a mudança da conjuntura econômica internacional, a adoção de políticas para reduzir a pobreza – *com destaque para o combate à miséria* – e para a ativação do mercado interno, *sem confronto com o capital*. Isso teria produzido, em associação com a crise do ‘mensalão’ [que afasta as classes médias (JMD)], um realinhamento eleitoral que se cristaliza em 2006, surgindo o “lulismo”. O aparecimento de uma base “lulista”, por sua vez, proporcionou ao presidente maior margem de manobra no segundo mandato, possibilitando acelerar a implantação do modelo ‘diminuição da pobreza com manutenção da ordem’ esboçado no primeiro quadriênio”. (SINGER, 2012, p. 13)

Assim, a partir de uma base nos setores de classe trabalhadora organizados e das classes médias, com forte incidência no Sudeste do país, o que se verifica ainda na eleição de 2002, o voto em Lula migra, a partir de 2006, para as classes populares mais amplamente concebidas, isto é, o que chama de “subproletariado”, e para os estados mais pobres do país, notadamente para o Nordeste, onde aquele está concentrado. Isso teria sido possível desde o momento em que esse setor abandona o medo que o mantinha refém dos conservadores e, já não pressentindo na candidatura de Lula uma ameaça à “ordem”, abraça-a, levando o presidente à reeleição.

Ocorre, contudo, que esta é uma massa desorganizada e somente por cima se opera então sua inclusão na nova base eleitoral “lulista” (p. 74-75). O PT, ao menos nesses primeiros momentos, que se estendem à eleição de Dilma Rousseff, não é capaz de acompanhar totalmente esse movimento, embora isso já implicasse para seu projeto, na prática, uma adaptação a um tipo de “reformismo fraco”, não obstante o programa do partido manter metas mais ambiciosas de reformas “fortes”, mais profundas e aceleradas.

Dois elementos completam essa tese geral. O primeiro seria de que isso implicaria um tipo de bonapartismo, ou talvez cesarismo, somente possível a partir do controle do próprio aparelho governamental. A figura individual de Lula seria, nesse sentido, decisiva. A inspiração para essa categorização, na verdade um tanto hesitante por parte do autor e não plenamente elaborada conceitualmente, problemática como discutirei a seguir, vem de Marx (s/d) e Gramsci (2000). Em segundo lugar, Singer sugere que se teria aberto um “ciclo eleitoral” de longa duração, em que em especial o tema da pobreza, senão o da desigualdade, estaria por longo tempo no centro da agenda política, com o que qualquer formação que almeje sucesso eleitoral tem de enfrentá-la de modo positivo.

O PT se vê assim em xeque em boa medida. Seria o governo Lula de esquerda? Encontrar-se-ia finalmente com a tradição brasileira, quase getulista, em que “povo” e “antipovo” opõem-se, com a ocultação das lutas de classe, que no entanto se realizam de outra maneira? Singer recusa a tese de Francisco de Oliveira (2010) de que todo esse

processo não passaria de uma “hegemonia às avessas”, em que trabalhadores realizam o programa das classes dominantes, abraçando o neoliberalismo. O Brasil move-se à esquerda com o reformismo fraco, embora a “alma de Sion” do PT, à esquerda, tenha de viver em tensão com sua outra face, a “alma do Anhembi”, um pragmatismo que nega essas inclinações, que se mantêm explícitas no próprio programa do partido, com certa conciliação, na prática, entre essas tendências (p.118 ss.).

Enquanto isso, o ex-presidente apresentou-se às diversas classes sociais com projetos distintos para, realizando entre elas uma “arbitragem” e impedindo a mobilização social, com sua sucessora dando continuidade a essa estratégia. Certas tensões e indefinições da política econômica, em particular, revelam isso: desenvolvimento *versus* inflação, dólar alto *versus* industrialização, em especial se apresentam como polos entre os quais conjunturalmente oscila o governo, buscando pontos de “equilíbrio”, de modo a não desagradar a nenhum desses setores e enfrentar desafios conjunturais (p.162). Ao subproletariado, em particular, interessariam as políticas sociais, incluindo o programa Bolsa Família, ademais da elevação do salário mínimo. Por outro lado, ao Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) estaria reservada a classe média, que se oporia a esse projeto.

Vale sublinhar que Singer recusa a hipótese de uma nova classe média no país, preferindo falar da incorporação do subproletariado a um mercado de trabalho mais pujante e ao consumo (p.138). Embora pudéssemos defini-lo e chamá-lo simplesmente, de forma mais ampla e multidimensional, de *classes populares*, conformando uma ampla e heterogênea “subjetividade coletiva” que não se insere ou não conseguia se inserir nos principais mercados formais de trabalho do país e que possuiu estilos de vida próprios, como recurso provisório serve o conceito de “subproletariado” à discussão de Singer. Porém, o tratamento dado à classe média no livro não é de fato satisfatório – nem em sua definição, nem no que diz respeito a suas supostas perdas ou no que tange a seu abraço do PSDB ou sua abertura às denúncias do “mensalão”. Tampouco se aprofunda o tratamento da burguesia, embora se reconheça que ela talvez esteja até mais rica do que antes, sem que se haja em particular tocado o regime regressivo de tributação (p.138 ss., 190 e 205 ss.).

As classes médias de todo modo parecem haver crescido um pouco – o que seria atestado, por exemplo, pelo aumento do compra de carros e uma larga expansão do mercado imobiliário –, mas não de forma generalizada e na proporção suposta pelos estudos orientados pela perspectiva da estratificação, visando classificar toda a população simplesmente em termos do consumo (aliás, operação neste momento de cunho global e fundamental para a reprodução do capitalismo, com seu padrão de consumo concentrado em cima, em cada país, e extensivo, globalmente): é antes a expansão da classe trabalhadora formalizada e seu poder de consumo o que se testemunha hoje no Brasil.¹

1 De qualquer forma, colocar o proletariado e o “subproletariado” como veículo (senão sujeito, o segundo) da mudança social recente no Brasil afasta corretamente Singer da ideia de que seria a pequena burguesia de um verdadeiro sujeito revolucionário enfim descoberto, contrariamente, portanto, às ideias de Unger (2008) e seus seguidores. O que não descarta que essa “classe” possa ter comportamentos “progressistas” e transformadores em muitos momentos.



O ponto mais problemático da análise de Singer me parece ser seu entendimento do fenômeno do que chama de “lulismo” na chave do bonapartismo/cesarismo – e de uma maneira marxista bastante ortodoxa, ainda que a comparação no caso do bonapartismo leve à passagem do campesinato francês em *O 18 Brumário de Luís Bonaparte* ao “subproletariado” brasileiro. Isso suporia um equilíbrio de forças em uma situação de crise, que se inclina em uma ou em outra direção, em momentos de forte luta de classes. Vistas as coisas em um prazo mais longo, contudo, a analogia é altamente discutível.² As grandes mobilizações que se iniciam em meados dos anos 1970 (e não exatamente na década de 1980, como Singer aponta, questão de somenos importância) compuseram em si e desaguaram em uma grande *revolução democrática* (“molecular”), da qual, em desdobramentos sucessivos, o PT e Lula se fizeram tributários.³ Assinale-se, aliás, que a fundação do partido, se bem que calcada em larga medida na classe operária fruto do desenvolvimento industrial do período anterior, incluiu vários outros atores e movimentos sociais, expressando a crescente pluralidade da sociedade brasileira. Isso se obscurece em uma análise vinculada exclusivamente à questão das classes. Seja como for, funciona provavelmente melhor neste caso o modelo do “carisma”, não exatamente nos termos de Weber, pois em particular deve ser desprovido de seu caráter elitista, mas apontando para o fato de que uma liderança como a de Lula pode expressar, condensando-os, os desejos e esperanças, traduzidos em projeto político, de largas camadas da população. Por isso mesmo, pode ir adiante do PT em alguns momentos, em especial em um sistema presidencialista e em país tão grande e variado regionalmente. De qualquer forma, ela expressou uma ampla coligação (pela primeira vez em 2002, a qual em 2006 já incluiu o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), anteriormente visto ele próprio como o “partido dos pobres”, uma espécie de Flamengo da política (p.71).

A questão ademais é que Lula foi eleito *após* o encerramento daquele longo ciclo de mobilização social e política, os anos 1990 vendo o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) como o único efetivamente combativo contra os governos

2 Pelo menos Singer não recorre à ideia de populismo. Se em suas origens, com Gino Germani, já era conceito extremamente equívoco e se no Brasil mesclou-se com um marxismo altamente economicista, hoje “populismo” não passa de termo de abuso. Ressuscitá-lo parece operação conceitualmente impossível ou ao menos muito equivocada, não obstante esforços como os de Laclau (2005). Obviamente, traços relativos à demagogia e à desinstitucionalização podem ser observados no que se refere a movimentos políticos, historicamente e hoje, na América Latina e outras regiões.

3 Ver: Domingues (2011). Cumpre observar que é preciso, para defender esse argumento, distinguir, para além do próprio Gramsci, os conceitos de revolução “molecular”, “transformismo” e “revolução-restauração”, deixando seu jacobinismo leninista para trás.

do PSDB/PFL. O governo Lula passou do momento *instituinte* da cidadania ao *instituído*, isto é, à transformação das demandas daquela revolução democrática, expressas na Constituição de 1988 e travadas desde então pela ascensão do neoliberalismo em um momento de desmobilização social (com, por outro lado, um fortalecimento dos conselhos instituídos por aquela carta constitucional, e outros, além das Conferências Nacionais, as quais incluem os movimentos sociais, que o governo Lula em particular estabeleceu). Isso permite argumentar que não é o “lulismo” que causa a desmobilização dos movimentos. Embora haja elementos de cooptação e mesmo neutralização da ação de alguns deles, como no caso talvez do MST, cujo projeto era mais radical e em face de uma reforma agrária que parece esgotada ou ao menos paralisada, embora isso não seja verdade de modo algum no que tange à Central Única dos Trabalhadores (CUT), em especial, ocorrendo a realização de várias de suas bandeiras via políticas públicas e institucionais, além de forte participação nos governos Lula e Dilma. Outros projetos, como a reforma trabalhista ansiada pelos empresários, foram paralisados, conquanto em um primeiro momento a reforma previdenciária haja sido surpreendentemente encampada pelo governo. Soma-se a isso a notória dificuldade de mobilização do chamado “subproletariado” – e talvez mesmo um notável individualismo que tomou conta de grande parte da sociedade brasileira. Ele vem sendo tratado como objeto – como uma “serialidade passiva” – da ação governamental, afora, decerto, no momento do voto, quando se faz ouvir sua voz. É claro Lula e o PT poderiam ter apostado em uma nova onda de mobilização, mas ela teria de ser reencetada naquele momento, na verdade de cima para baixo, em lugar de se apoiarem em um processo ativado na base, com mais autonomia e espontaneidade.

Não seria, portanto, uma situação de crise o que teria dado ensejo ao surgimento do “lulismo”, mas um processo de longa duração, ao qual ele responde na medida de suas forças. A leitura de Lula – notoriamente pouco afeito a definições claras de ideologia e posição política – e da direção do PT parece supor que a correlação de forças vigente na sociedade brasileira não permite avançar mais profunda e aceleradamente. Não deixa de ser curioso, no entanto, observar que eles acabariam assim se inserindo na tradição brasileira – mais que isso, latino-americana – de projetos políticos pouco nítidos e de amplas coalizões, juntando forças com elementos díspares e oscilações em termos das políticas que põem em prática, com, por outro lado, uma generalizada “síndrome do Flamengo”, de partido do “povo”, acompanhando este tipo de movimento (p. 34-36). Acentuou-a a necessidade, vivida há um século já pela social-democracia europeia, de se aproximar do centro para poder vencer eleições e governar, diluindo sua identidade de esquerda e a questão mais direta da luta pela igualdade, embora esta se mantenha viva em larga medida dentro do partido. Isso é verdadeiro hoje no Brasil, não obstante as bases sociais concretas a que esse movimento de realocação ideológica se dirige, ao passo que o poder de veto dos setores burgueses permanece fortíssimo, algo que se expressa de imediato na cautela com que Lula, arroubos não obstante, e Dilma tratam a indústria mediática no país. Por outro lado, a forma de desenvolvimento capitalista que tem sido buscada, à qual voltarei adiante, ajudou bastante a amplos setores empresariais, desindustrialização parcial e leve não obstante, com a ampliação do mercado interno por meio do aumento do poder de compra das classes populares.

Note-se que a tese da arbitragem tende a desconhecer o que, por exemplo, o “neocorporativismo” alcançou na Europa social-democrata. É verdade que aqui se faz

menos institucionalizado, desprezando as câmaras setoriais que articulariam empresários e empresas com trabalhadores industriais, inclusive com o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), criado por Lula em 2003, cumprindo papel de pouca plana. Isso ao menos em parte ocorre em função da complexidade da situação e dos interesses em jogo, maior que a de uma sociedade capitalista em que burgueses e classe operária se destacavam mais fortemente do que vem a ser o caso na brasileira contemporânea, em que conta ademais com aquele vasto “subproletariado” desorganizado, sem que, em particular no que concerne a essas classes populares, o sindicalismo seja capaz de oferecer o horizonte principal e mesmo geral.⁴ Claro, seria melhor que esse jogo de composição de interesses ganhasse mais publicidade e fosse institucionalizado, permitindo uma forma distinta de representação dos interesses e aspirações setoriais (não muito distante, por exemplo, do que surgiu pioneiramente e com formato democrático na Constituição de 1934).

À parte a ruptura revolucionária, mesmo que de cunho eleitoral, com o capitalismo, a mudança social reformista acaba por passar por alguma forma de arbitragem, com mais ou menos mobilização, mais ou menos transparência. O projeto social-democrata europeu teve êxito em uma larga conjuntura de mobilização operária, a participação dos trabalhadores em duas guerras totais, bem como contado com o pano de fundo da sedução que, até certo momento, o “socialismo real” soviético exerceu sobre eles e outras camadas sociais. O porquê de proletariado não se inclinar – em geral – ao socialismo e muitas vezes sequer na direção de reformas fortes, mais radicais, não deve ser tomado tampouco desde um ângulo essencialista, como o demonstra o exemplo dos Estados Unidos, onde a questão nunca se pôs de fato, a Europa sendo nesse sentido uma exceção.

Em suma, parece-me que, se os elementos descritivos da análise de Singer estão corretos, peca ele por se esforçar em remeter a evolução do Brasil nas últimas décadas a conceitos que dificilmente dão conta da especificidade da situação. É antes como fruto de um processo de largo prazo, mas em momento de descenso dos movimentos sociais, ao fim de um ciclo longo de mobilização – como o próprio Singer reconhece (p. 93) –, que Lula e o PT chegam ao poder, dando continuidade institucional àquela ampla revolução. Concretizam aspectos importantes da Constituição de 1988 e renovam os quadros políticos e administrativos de Estado em certa medida, ainda que, dada a correlação de forças concretas e inclusive a dificuldade de organização de amplas massas populares, ou, talvez se deva dizer, certa falta de interesse delas em fazê-lo, o resultado seja um reformismo fraco. Essa não é uma característica do bonapartismo, ainda que certas formas de cesarismo “progressista”, na visão de Gramsci, possam ser vistas sob esse ângulo. Mas são provavelmente essas dificuldades que em parte levam a que Singer chegue a falar de um “semitransformismo” com referência ao “lulismo” (p. 45), que me parece destoar do cerne de sua análise e de suas principais conclusões, sem falar de que a isso seria preferível contrapor a conclusão de uma revolução democrática mole-

4 Historicamente isto se fez mais através de organizações de moradores. Hoje, deve-se frisar, as igrejas, especialmente evangélicas, com frequência organizam essas amplas massas populares, como grande e descentrado movimento social, fora dos cânones tradicionais da esquerda laica, mas nem por isso de maneira menos relevante, como o atesta a importância delas na política eleitoral, inclusive, mas certamente não apenas nesse âmbito. A esquerda tende a secundarizar o papel dos movimentos religiosos como movimentos sociais, mas isso é operação que histórica e conceitualmente não se sustenta.

cular em chave institucional, em momento de desmobilização popular. Transformismo, genericamente concebido, e sem incluir a cooptação das lideranças populares (mas as massas "subproletárias" desorganizadas) foi a marca, sim, dos governos de Fernando Henrique Cardoso, ao menos durante a fase ascendente do Plano Real, que terminou com o *aggiornamento* do capitalismo brasileiro. Tomando-se um exemplo mais radical de transformismo, deparamo-nos com Carlos Menem na Argentina, cooptando os sindicatos e os neutralizando perante a implantação do neoliberalismo, que por outro lado exemplifica um processo subcontinental mais amplo, com matizes variados. A isso se opõe o processo brasileiro hoje, dentro de seus limites programáticos e pragmáticos, como aliás ocorre em boa parte dos outros países latino-americanos.



O livro *Os sentidos do lulismo* assenta-se sobre uma visão, ainda que pouco desenvolvida, segundo o próprio autor, da economia política brasileira. Mobilizando vários textos clássicos, como os de Caio Prado Júnior, Paul Singer e Francisco de Oliveira, assinala o caráter brutalmente excludente do capitalismo brasileiro ao longo dos séculos, ainda como herança em larga medida da escravidão. Isso permitiu manterem-se os salários em níveis muito baixos, com uma restrição por outro lado aguda do mercado interno. É notório que em especial o governo Lula alterou essa equação, ao menos por ora, talvez por muito tempo, se se mantiver firme o curso do longo ciclo eleitoral, a meu ver corretamente apreendido por Singer. Um “novo modo de desenvolvimento”, para lançar mão dos conceitos da Teoria da Regulação francesa, parece estar se firmando no Brasil, assim como em boa parte da América Latina, *na contramão do que se verifica no mundo* hoje de maneira geral, no qual é totalmente dominante o que chamei de um modelo de *acumulação flexível e polarizada*.⁵ Com economia semiperiférica e menos complexa, há pouco de “flexível” no modelo brasileiro atual, mas certa, ainda que tímida, tendência à despolarização.

Em particular a “norma de consumo” do capitalismo aqui se fez mais inclusiva, com os aumentos do salário mínimo, das transferências diretas de renda, do crédito consignado, da recente baixa forçada e geral da taxa de juros. Isso traria para dentro do mercado de trabalho, transformando o que anteriormente poderia ser visto em parte como uma “população excedente” – nos quadros do antigo “modo de desenvolvimento”, sua contribuição para a manutenção de baixos salários não obstante, mas sem que seja adequado fazer intervenções funcionalistas para sua existência – como parte de uma força de trabalho ativa, agora com quase pleno emprego (não obstante largos bolsões informais) e, em situações menos favoráveis, como “exército industrial de reserva” propriamente dito.⁶ Mas isso não alterou em profundidade, ao que parece, a clivagem radical dos mercados internos de consumo: não somente os ricos talvez estejam mais ricos – e permanece obscura a resposta à questão de onde vem o aumento de seus lucros e rendas –, mas setores importantes das classes médias altas continuam consumindo produtos muito distintos dos trabalhadores, que, em sua maioria, ganham ainda muito mal, de maneira muito próxima ao salário mínimo, ainda que este tenha melhorado. Por outro lado, o desenho geral da economia brasileira, sua competitividade, sua capacidade de inovação, sua dependência da exportação de *commodities*, em

5 Para aquela corrente, ver: Boyer (1986). Para uma discussão e uma análise detalhada da periferia e semiperiferia hoje, ver: Domingues (2012), especialmente Parte II.

6 Ver: Nun (1999), para uma discussão dessas questões, embora seu quadro não alcance a situação brasileira contemporânea. Essa diferença escapa a Singer (p. 208).

especial agropecuárias e minerais, colocam interrogações quanto à possível continuidade desse padrão de desenvolvimento, que se manteve vigoroso e viável somente nos países em que uma forte indústria se desenvolveu. Esse foi o caso da Argentina até os anos de 1970, sua incapacidade de seguir nessa trilha desde então, gerando problemas recorrentes para a sustentação de uma norma de consumo inclusiva. De todo modo, a manutenção dessa transformação do subproletariado em proletariado demandaria, o que não é nada óbvio, de fato mostra-se improvável, a manutenção do atual "modo de desenvolvimento". Isso requereria evitar regressões rumo a uma mais forte reprimarização da economia, que romperia o equilíbrio e a direção do processo em curso, mas só se faz possível se não ocorrem avanços na direção de novas formas de organização da indústria, de mais tecnologia, bem como no que tange à inserção internacional do país, o que tende mais uma vez, de outra maneira, a fragmentar a classe trabalhadora, em situação de mais complexidade social.

Singer por outro lado assinala que gira dentro do governo Dilma (na verdade desde o fim do segundo mandato de Lula) uma proposta de Consolidação das Leis Sociais (CLS). Esta cristalizaria e universalizaria direitos e fóruns de participação. Não está claro o que seria isso, mas sem dúvida se conformaria em um avanço decisivo, superando a discricionariedade do governo nesses dois aspectos. Irá o governo Dilma até lá? De uma "dádiva", em particular o Bolsa Família passaria assim a um direito – ou quase. Por ora trata-se de uma forma quase clientelista, um "clientelismo burocrático", difuso (Domingues, 2011), pode-se sugerir, por meio do qual Lula e sua sucessora garantem votos e apoio político. Constitucionalizar esse benefício – em particular universalizando-o sob a forma de uma renda mínima, o que o Bolsa Família ainda não é, declarações retóricas não obstante – cortaria em parte o vínculo direto e intransferível até agora entre eles e o "povo". Talvez a reeleição de Dilma seja a ocasião última na qual essa carta pode ser jogada, talvez, enfim, ao se enviar ao Congresso projeto corajoso e imbatível, por ser impossível oposição aberta a ele, mas contando com mais mobilização caso haja resistência e pavimentando o caminho definitivamente para sua reeleição.

Isso não deve levar a desconsiderar, por outro lado, o cunho bastante neoliberal do Bolsa Família, superável apenas ao se tornar uma renda mínima universal. O programa está voltado inevitavelmente para a superação da pobreza extrema e crônica, não aparecendo como uma proteção – em valores que teriam de ser muito mais altos – a qualquer cidadão, dependendo de circunstâncias concretas e desfavoráveis de sua vida. Configura-se hoje na verdade antes como um *entitlement*, focalizado e provisório, não como um direito, generalizado, com a porta de saída do benefício projetando-se agora como um enganoso projeto de empreendedorismo individual (manejado pelo SEBRAE). Do ponto de vista da economia o problema se repõe, uma vez que o chamado "neo-desenvolvimentismo", ainda que em muitos aspectos de política macroeconômica se contraponha ao neoliberalismo – podendo-se falar de "pós-neoliberalismo" ou "novo desenvolvimentismo" –, guarda muitos aspectos dele e com o liberalismo de modo geral, com a intervenção do Estado na economia mantendo-se restrita (ao contrário, por exemplo, do que ocorre nos países asiáticos que avançaram nas últimas décadas). É claro, alterar isso necessitaria uma mudança muito mais profunda da correlação de forças e inclusive do "bloco do poder"⁷ hoje, em que setores burgueses, liberais, inclusive

7 Conceito que o próprio Singer não elabora de fato e que, do ponto de vista empírico, permanece residual em sua análise. Na verdade, a tese do bonapartismo o desonera de aprofundar e detalhar

internacionais, cumprem papel destacado. Aqui, sim, se poderia pensar na sustentabilidade de um novo modo de desenvolvimento de longo prazo, que avançasse também na difícil tarefa de alterar a problemática inserção semiperiférica da economia brasileira no capitalismo global.

qual seria, concretamente, o “bloco do poder” atual, com destaque para a atuação de trabalhadores organizados e empresários.

IV

Por fim, deixando para os especialistas a questão das análises especificamente eleitorais, que talvez possam vir a ser matizadas, mas que são de qualquer modo bem tratadas por Singer, gostaria de focalizar alguns problemas mais específicos. Observo apenas que, mesmo se pudesse ser parcialmente questionada a tese de que até 2002 o voto de Lula e do PT advinha das classes médias e dos trabalhadores organizados, seu apoio entre os mais pobres desde então tornou-se visivelmente maciço.

Singer opera uma identificação direta, como seria de esperar, entre “povo” e certas classes, aquele englobando, ao que parece, o proletariado, incorporado aos setores modernos da economia, e o subproletariado, massa mais dispersa e com pouco acesso ao mercado de consumo. De fato não analisa muito claramente o que seria esse subproletariado, que se imagina compor o vasto setor de serviços arcaico, muitas vezes trabalhando por conta própria, da sociedade brasileira ao longo de todo o século XX, incluindo, isto não é claro no livro, os trabalhadores rurais, muitos sem terra (p. 79). Ele está correto em recusar uma especiosa identificação desse setor com uma “nova classe média”, conquanto faixas da classe trabalhadora tenham aumentado seu poder de consumo, no máximo ampliando-se o setor de trabalhadores administrativos, ao passo que, como de modo parcial demonstrado por Pochmann (2012) e Uchôa e Kertenetsky (2012) recentemente, é nas faixas de salário até dois mínimos que aumentou a massa salarial, logo, o consumo, da população brasileira. É a uma tradição uspiana e a um antigo e hoje bastante esquecido debate sobre a questão da “marginalidade” que subjaz a suas teses.

Não se trata de negar as determinações econômicas das coletividades sociais, de modo absoluto. Mas é equivocado enxergar na ideia – tecnicamente, pode-se dizer, uma “representação” – dos “pobres” (ou do “povo”), polarizada contra os “ricos”, meramente um epifenômeno da construção das classes, e que contém uma distorção ideológica – pois o interesse desses setores os deveria levar para a esquerda, mas ao menos ante Lula e o PT os levou até 2006 para a direita – típica de uma “falsa consciência” incapaz de discernir seus próprios e verdadeiros interesses. Singer não explicita nem elabora o ponto, mas é isso que parece subjazer à sua análise, nesse sentido muito característica do marxismo de São Paulo, região de grande concentração operária. Aqui, pode-se pôr em questão, em contrapartida, tanto a ideia de construção dessas coletividades como a sua identificação necessária com um polo ideológico específico.

A representação simbólica de “pobres” ou “povo” como elemento de identificação de grande parte da população brasileira, suas “classes populares” tomadas em conjunto e mesmo extrapolando por vezes esse universo, é ela mesma uma construção tão relevante e possível quanto a de classe trabalhadora, compondo um imaginário

social específico, contingente, como de resto todos são, sem que se deva supor sua arbitrariedade.⁸ Não há porque incorrer em um *essencialismo* segundo o qual às relações de produção corresponde uma identidade necessária, prévia, salvo a operação de uma falsa consciência, embora essa condição econômica não deixe de estar presente nos elementos que informam as próprias noções de povo e pobres, de resto pensadas em oposição aos poderosos e ricos. Trata-se de fenômeno recorrente na história, e não apenas brasileira ou latino-americana, como uma construção possível, dentre outras. Não é preciso abraçar um construtivismo discursivo como o de Laclau e Mouffe (1985) para chegar a essa conclusão, bastando supor que, enraizadas no solo social, mas fazendo incidir sobre este também um conjunto de construções simbólicas, eivadas por traços políticos, as identidades, individuais e coletivas, são variadas e plurais – com o que as ideias de classe “em si” e “para si” se mostram insustentáveis. Historicamente a noção de povo no Brasil sempre foi mais forte que a de classe, ao que Lula e o PT vieram a se render no momento em que efetivamente disputar o poder se pôs como questão, tirante a conjuntura de crise de fins dos anos 1980. O mesmo se refere à ideologia: não há porque supor que esse povo seria de esquerda em princípio. Sua trajetória sob relações de dominação muitas vezes pessoais, as ideologias do mando e do favor, tão fortes na sociedade brasileira, em especial no meio rural, a desvalorização, constatada na prática, da capacidade de as pessoas comuns dirigirem o mundo público, especialmente o Estado – o que na verdade pode oferecer campo a uma vasta e importante pesquisa –, compõem núcleos de ideias e valores que puseram com frequência o “povo” brasileiro no campo da direita. Mais uma vez, trata-se de uma construção social, calcada em processos concretos, possível no longo prazo, entre outras. O essencialismo, mais uma vez, não ajuda a análise. Ou seja, se podemos identificar elementos de classe na situação e na atuação desses setores populares, calcados inclusive na dimensão material do capitalismo na forma particular que desenvolveu no Brasil, por outro lado há que abrir um leque mais amplo de elementos para entender a construção das identidades coletivas.

Isso é tão mais interessante de observar quanto se mostra claro, nos dados apresentados pelo próprio Singer, que esses mesmo setores populares apoiaram sempre a intervenção do Estado para solucionar seus problemas (p. 58). Ou seja, sem crer na sua capacidade de auto-organização e sem querer confrontos impulsionados pelas esquerdas, eles nem por isso deixavam de reconhecer a situação de iniquidade social em que viviam – e em parte ainda vivem –, apostando contudo na integração social não conflituosa em lugar do conflito que levaria à integração, o Estado, liderado por membros das próprias classes dominantes, devendo cumprir o papel de realizá-la. Isso não é de modo algum absoluto, mas uma tendência que os números de Singer sugerem, ainda que os resultados desse tipo de pesquisa quantitativa devam ser tomados com cautela. Poder-se-ia sugerir ainda que uma vertente particular da memória coletiva, que se desdobra desde o Império (e mesmo desde o Estado colonial português neotomista), tem entre seus elementos difusos, dispersos, pouco articulados por vezes, a ideia de que ao Estado deve ser reservado o papel de organização do espaço público, o que incluiria o tratamento e o cuidado dos mais pobres. Essa memória subsistiria, atualizada ao longo

8 Sader (1988) teve certa intuição original, sob a influência de Castoriadis, quanto à definição das “classes populares”, ainda que mais claramente “proletárias” em São Paulo que no restante do Brasil, mas não deu o passo necessário para assumir esta construção imaginária para além das determinações nas relações de produção, sem porém optar pela problemática e estreita noção de “subproletariado”.

do tempo, por fenômenos como o trabalhismo, em tensão com outras vertentes, do liberalismo ao socialismo, passando por momentos de grande mobilização da sociedade brasileira e das classes populares em particular. Em suma, não seria apenas o abandono do medo – embora esta não seja questão a ser desconsiderada –, mas uma concepção de mundo mais ampla o que deveria oferecer o foco da análise. A partir do momento em que Lula e o PT, em menor grau, se localizaram à cabeça do Estado e deslançaram políticas econômicas favoráveis ao “povo” e aos “pobres”, teriam sido reconhecidos como os melhores gestores de um aparelho que teria, desde sempre, naquela concepção fragmentária de mundo, a tarefa de protegê-los e ajudá-los, finalmente fazendo cumprir o que dele se esperava. O problema é que isso também se associa amiúde a uma visão extremamente individualista da vida social, em uma sociedade em que um utilitarismo brutal tem largo curso, o que por outro lado abre as portas para a manutenção e aliança com um (neo)liberalismo reformatado, desde que os setores conservadores sejam capazes de apresentar uma pauta que não rompa, mas empreste forte inflexão, ao ciclo eleitoral longo que é hipótese central de *Os sentidos do lulismo*. Por ora, contudo, isso não parece muito provável de acontecer, dada a desorientação da oposição conservadora, que teria de produzir uma nova solda entre setores populares e classes médias descontentes para alcançar êxito nessa direção.

Enfim, seria possível questionar a própria ideia de “lulismo”, que Singer pouco explica enquanto tal, afora as referências ao bonapartismo e ao cesarismo. Parece-me que, sem desconhecer a capacidade de identificação simbólica construída pelo ex-sindicalista e ex-presidente com o “povo” e os “pobres”, o termo é demasiado forte e tende em parte a personalizar, distorcendo um pouco a leitura da situação, o largo processo de mudança experimentado pelo país neste começo de século XXI. O que se impõe com a análise é um processo de longo prazo, de revolução democrática, molecular, em que uma esquerda, moderada sem dúvida, dá passos importantes no sentido de transformar as seculares estruturas de desigualdade e falta de liberdade social da maior parte da população do país, que já anteriormente lograra consolidar uma democracia política representativa e parcialmente participativa.

Seja como for, o livro de André Singer é um marco na análise do Brasil contemporâneo e do fenômeno sobre o qual especificamente se debruça, como mescla de análise de conjuntura com interpretação sociológica e política sistemática. Boa maneira de renovar tradições. Àqueles que almejam um giro à esquerda mais forte que o atual, isto é, um reformismo mais forte, cabe perguntar como se portar politicamente. O mais produtivo parece sem dúvida ser acompanhar o movimento em curso, buscando impulsioná-lo nessa direção, forçando seus limites. Mas aí se põe a questão da agenda da mudança, que não pode ser vista como defensiva, como se delineia muitas vezes. Trata-se, pode-se sugerir, de se universalizarem direitos, combinando-os com a defesa da vida social contra o mercado e o lucro sem peias, de abrir a sociedade à inovação e de se engajar ao caráter tecnológico da civilização contemporânea, de afirmar o público e o consumo coletivo em lugar da privatização e do individualismo consumista, de combater a desigualdade e não apenas a pobreza, de buscar o aprofundamento da democracia, inclusive no que diz respeito à grande mídia. Enfim, se Singer identificou corretamente a amplitude do atual ciclo eleitoral, não se deve supor que seus conteúdos estão inteiramente determinados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BOYER, Robert. *La Théorie de la regulación. Une analyse critique*. Paris: La Découverte, 1986.
- DOMINGUES, José Maurício. Democracia, liberdade e dominação: uma discussão teórica com referência especial (via Índia) à América Latina, Brasil. *Teoria crítica e (semi)periferia*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011 [2009].
- _____. *A América Latina e a modernidade contemporânea. Uma interpretação sociológica*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009 [2008].
- _____. *Global Modernity, Development, and Contemporary Civilization: towards a Renewal of Critical Theory*. Nova York e Londres: Routledge, 2012.
- GRAMSCI, Antônio. *Maquiavel*. Notas sobre o Estado e a política. In: _____. *Cadernos do cárcere*, v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 [1929-35].
- LACLAU, Ernesto. *On Populist Reason*. Londres e Nova York: Verso, 2005.
- LACLAU, Ernesto e MOUFFE, Chantall. *Hegemony and Socialist Strategy*. Londres e Nova York: Verso, 1985.
- MARX, Karl. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. In: _____. *Obras escolhidas*, v.1. São Paulo: Alfa-Ômega, s/d [1852].
- NUN, José. *Marginalidad y exclusión social*. Buenos Aires e México: Fondo de Cultura Económica, 1999.
- OLIVEIRA, Francisco, BRAGA, Rui e RIZEK, Cibele. (Orgs.) *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- POCHMANN, Márcio. *Nova classe média? O trabalho na base na pirâmide social brasileira*, São Paulo: Boitempo, 2012.
- SADER, Eder. *Quando novos personagens entram em cena*. Experiências e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo - 1970-1980. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SINGER, André. *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- UCHÔA, Christiane e KERTENETZKY, Celia Leça. É a 'nova classe média' classe média? O que diz a Pesquisa de Orçamentos Familiares 2008-2009. *Cede – Texto para Discussão*, n. 66, 2012.
- UNGER, Roberto Mangabeira. *O que a esquerda deve propor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 [2006].



Série Cadernos FLACSO

N9

www.flacso.org.br